

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo

Especialização em Relações Internacionais:  
Geopolítica e Defesa

---

## **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**

---

Notas de Aula

*Professor*  
Fabian S. Domingues

*Estudante*  
Lui Laskowski

2022

# 1 Módulo I

Do ponto de vista da teoria econômica, há um conjunto grande de ganhos em compreensão teórica, mas com certas limitações, conhecido como modelo liberal. A economia política clássica, nesta roupagem, tem suas grandes referências em Smith e Mill, mas do ponto de vista teórico estes autores não têm tantas contribuições ao modelo, que supõe que as condições entre os países são homogêneas.

Este modelo não tem uma compreensão do *desenvolvimento* econômico, porque esta noção depende da assimetria histórica entre capacidades econômicas. A ideia de *atraso relativo*, por exemplo, não vem da teoria liberal. Durante a primeira república vigorou a ideia liberal de especializar a produção agrícola, classificando tais indústrias como “indústrias naturais” do Brasil.

## 1.1 Formação econômica do Brasil

Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, interpreta a formação de riqueza brasileira a partir de uma nova lente, percebendo o atraso relativo, que está na raiz da teoria do desenvolvimento - assimetrias econômicas importantes que fariam com que alguns países estivessem atrasados em bases técnicas e sociais, que precisariam ser superadas. Esta percepção começou na escola histórica alemã.

O principal problema seria que o Brasil viveu seu desenvolvimento inicial inteiramente baseado em produtos agrícolas de exportação. Nesse sentido houveram o ciclo da borracha, do cacau, e café, ciclos com uma característica comum - dinamizaram nossa economia com o objetivo de ter produtos de exportação.

Com o modelo agroexportador, o centro de decisão não está no Brasil, e sim na demanda externa. Os problemas que surgem durante a República Velha também aparecem hoje, e têm a ver com um centro de decisão externo, ou o “ciclo das *commodities*”. A partir da constatação de assimetrias econômicas, Furtado apresenta a necessidade da industrialização.

Os ciclos se constituem já no primeiro momento de atividade econômica no Brasil, com o pau-brasil, nos caracterizando sob a égide do comércio internacional. Não se produzia para consumo interno. Este problema é pacífico na literatura econômica brasileira.

Um problema mais complexo é a causa da industrialização brasileira, que exige maior trabalho e conhecimentos especializados. Assim, a indústria complexifica a sociedade, permitindo também melhores ganhos com melhor valor agregado. A pergunta se relaciona à transição de agricultura agro-exportadora para a indústria. As quatro soluções apresentadas por Suzigan são a teoria dos choques adversos, a industrialização induzida por exportações, o capitalismo tardio e a industrialização intencional por políticas do governo.

A teoria dos choques adversos ressalta que a economia mundial foi impactada pela Primeira Guerra Mundial, o que cessou o fluxo de comércio internacional de forma a abrir espaço para a industrialização do Brasil. A teoria da industrialização induzida por exportações supõe uma relação linear entre o aumento de exportações e o crescimento da indústria - seu problema estando no que a teoria do capitalismo tardio aponta, ou seja, que a força da indústria brasileira ocorre no momento de crise da exportação e das queimas de café, não no momento de sua força. A teoria da industrialização intencionalmente promovida defende que a intencionalidade do Estado promoveu a industrialização, por via alfandegária e protecionista e pelo câmbio, cada vez mais importante para a relação importação-exportação.

Há uma discussão sobre a acumulação inicial de capital para a construção do capitalismo republicano de 1886 a 1894. O encilhamento vê uma grande liberalização do crédito, o que traz muitos benefícios à indústria - talvez possamos aceitar que a industrialização se acelerou em 1930, mas se iniciou já com o encilhamento.

Outro problema é que o choque da Primeira Guerra não necessariamente foi positivo para a indústria

no Brasil, porque o investimento cai e a produção varia muito entre setores. Nosso crescimento depende de importação de máquinas modernas, e portanto dependia já de cadeias internacionais de valor.

Antes da teoria de Keynes, o Brasil já implementou uma ampla política de proteção do preço do café. Este arranjo só foi possível porque o Brasil detinha um virtual monopólio do café mundial. O preço final do café é muito baixo, de forma que uma grande variação em seu preço não é tão sentida pelo consumidor, mas é pelo país exportador.

A partir de 1930 há uma aceleração da industrialização brasileira, atendendo cada vez mais as necessidades do mercado interno. De fato é no período da crise do café que a industrialização se acelera - os choques adversos precisam ser entendidos não de maneira absoluta, mas como uma forma de superação gradual de crises, com estratégias industrializantes graduais e de controle de importações e câmbio.

## 1.2 Precusores do desenvolvimentismo

Em *Gênese e precusores do desenvolvimentismo no Brasil*, Fonseca aborda o processo de substituição de importações, buscando encontrar o conceito de *desenvolvimentismo*. Entre 1930 e 1980 vigorou uma grande ideologia, chamada nacional-desenvolvimentismo, envolvendo todo tipo de governos.

Ao invés de ver o período a partir de 1930, tenta entender melhor as influências que desembocaram em nosso desenvolvimentismo no período anterior a 1930, as principais escolas que levaram ao modelo de substituição de importações.

Uma vertente notável são os nacionalistas, cujas revoltas já ocorriam durante os séculos XVII e XVIII. Ele acontece após a formação de Estados nacionais, e entre liberais nacionalistas. Há também os nacionalistas industriais e agrários - um bloco heterogêneo de pensadores.

Outro grupo importante são os defensores da indústria - o grande debate eram as indústrias "naturais", como a produção agrícola, e a indústria propriamente dita, ou as "artificiais". Estas indústrias "artificiais" chegavam a ser vistas como a causa pelo alto custo de vida nas cidades.

A terceira vertente são os papelistas. Estes, embora pouco lembrados, têm papel importante por negar algumas premissas fundamentais do liberalismo - as *finanças saudáveis*. A economia funcionava com base no padrão ouro como medida da escassez da moeda, como garantia de estabilidade da moeda para, em tese, proteger da inflação e garantir a conversibilidade de ativos nacionais em estrangeiros. Os liberais eram os grandes defensores do padrão ouro, ou metalistas.

Os papelistas viam que faltava dinheiro corrente, e era necessário emitir mais do que se arrecadava. Os papelistas defendiam a possibilidade de emitir papel sem lastro em ouro. Eram de forte vocação agrária - muitos investidores na agricultura defendiam o papelismo.

Como mais um elemento de gênese, há os positivistas, das faculdades de Direito e do Exército. Os positivistas tinham uma clara vocação autoritária para uma ditadura científica do poder executivo. Comte e Constant foram autores prolíficos.

Há três grandes vertentes - o positivismo religioso, o científico e o político. Foi na administração pública que o positivismo marcou o Brasil - com a estatização de ferrovias. Baseado em argumentos científicos, legitimava a intervenção estatal, mas para os positivistas a boa governança significava abraçar o princípio das finanças sadias, não endividando o Estado. Neste caso em particular, se alinham com os liberais, mas entendiam que *cabe ao homem um papel na história*, e os governantes poderiam e deveriam intervir na economia num estado público e laico. Desconfiavam dos livres mercados e discordavam dos papelistas, detendo também uma dupla face em relação ao trabalho - buscando proteger trabalhadores, mas reprimir duramente a ação sindical.

Por fim, apresenta questões referentes ao desenvolvimentismo, que abarca aspectos dos quatro elementos anteriores - nacionalismo, defesa da indústria, papelismo e positivismo. O amálgama é uma *forma de governo* sob a égide positivista, que assume o nome de desenvolvimentista. A visão central é a da ação do Estado para amparar a produção, estimular a indústria, disseminar a circulação de riqueza, etc. - palavras de Vargas que trouxe do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro.

Furtado argumenta pelo surgimento espontâneo da indústria brasileira, mas Fonseca sustenta que surgiu *em função* da política desenvolvimentista num projeto de 50 anos. O longo processo de substituição de importações teria sido intencional.

## 2 Módulo II

Um grande período de nossa histórica econômica foi de 1930 a 1980. A quantia de literatura econômica aumentou, com a complexificação dos temas, e a ação do Estado passou a ser mais efetiva.

Na República Velha, a visão dominante é liberal, havendo pouca intervenção. A *Revolução de 30*, com a tomada do poder por Vargas, o grande ator da política brasileira até seu suicídio em 1954.

O governo Vargas começou como uma revolta da oligarquia, rompendo com a ordem agrária exportadora da República Velha que privilegiava os ciclos econômicos agrícolas. Em algum momento entre o final do Império e a República Velha há certa industrialização em algumas regiões.

A proteção do trabalho evoluiu para uma visão cada vez mais complexa, com a CLT e organizações sindicais. Em 1930 Vargas entra como oligarca, em 1937 se torna ditador, em 1945 se torna senador e em 1950 volta na eleitoral. Ficou no poder até 1954.

A intencionalidade industrializante aumenta. O Estado interfere, cria empresas, cria organizações, e Vargas é um grande construtor de instituições, buscando amalgamar as forças brasileiras em torno

de um projeto do Estado. É um governo autoritário, certamente, mas o processo de substituição de importações, do ponto de vista econômico, foi bem sucedido.

A industrialização substitutiva acontece tendo como plano de fundo a dependência do Brasil. A substituição de importações começa com produtos de uso popular e pessoal (produtos de limpeza, móveis), seguido na era JK pela produção de automóveis. Houve também o aumento do setor de bens de capital durante a guerra, havendo a barganha pela usina siderúrgica de Volta Redonda.

Nascendo fraca, a indústria brasileira teve problemas de indústria nascente, competindo com a indústria internacional, e assim é protegida - como na Petrobras e Eletrobras, protegidas pelo capital público.

Durante o período dos governos militares, os investimentos continuaram planejados, com o objetivo de substituir importações sob um ponto de vista desenvolvimentista. Somente na década de 1990 esta ideologia perde seu significado.

Durante o século XX, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, diante da ideologia desenvolvimentista. Sendo levada adiante pelo Estado, porém, haviam certas instabilidades monetárias e problemas de inflação, ao final do governo JK e dos governos militares.

Com a crise do petróleo, a instabilidade e imenso endividamento levou o Brasil, Argentina e México à quebra e negociação da dívida, e o modelo desenvolvimentista liderado pelo Estado acabou - passando por uma década difícil de falta de produtos, confisco de poupanças e dificuldades financeiras.

O Estado brasileiro, quebrando, precisou procurar uma nova visão de Estado e um novo padrão de desenvolvimento, e escolheu seguir o Consenso de Washington. Até o momento o Estado provocava assimetrias de forma a incentivar o desenvolvimento; a partir dos anos 1990 o modelo é inteiramente diferente.

Em *Auge e declínio do processo de substituição de importações*, de Maria da Conceição Tavares, traz-se uma visão mais ampla do problema do subdesenvolvimento, vendo a América Latina e o CEPAL como um só problema. Não é uma escola de pensamento exatamente original, sendo desenvolvida pela escola histórica alemã, entendendo existirem regras econômicas que valem para o centro, mas não para a periferia - como os efeitos da livre concorrência -, bem como na percepção do atraso relativo.

O que é importante nas percepções do CEPAL é a percepção de um modelo econômico latino-americano exportador. Este modelo é voltado para fora, para os centros de decisão econômicos, e nosso mercado seria passivo, o que traria uma série de problemas advindos das ondulações do mercado internacional, guerras e crises econômicas.

Sendo excessivamente dependentes, há casos nos quais o mercado internacional não é vantajoso. Temos uma grande população urbana, e nosso desenvolvimento agrário agrava suas condições de vida. Mesmo no setor agrário, o setor de subsistência está desconectado do setor exportador moderno.

Não se comportando as economias periféricas da mesma maneira, as leis econômicas são também diferentes. Quando as economias centras exportam, exportam bens; quando a periferia exporta, exporta bens agrário sem valor agregado.

Do ponto de vista das importações, os países subdesenvolvidos precisam importar máquinas mesmo para processos de substituição de importações, de forma que nossas necessidades de importação são muito diferentes daquelas dos países desenvolvidos.

Isso tudo leva à quebra do modelo tradicional agro-exportador após o período dos choques adversos. A substituição de importações tem várias características, ocorrendo em bens mais simples e complexos. No caso brasileiro é assim que o Estado entra no processo, trazendo para o país empresas capazes de suprir aço para um país industrial. Nesse período foram criadas as grandes estatais brasileiras.

Este processo, do ponto de vista dos capitais, provoca o *estrangulamento externo*, sendo exigido cada vez mais dinheiro importado. Este dinheiro necessário traz máquinas poupadoras de mão de obra, e demandam mão de obra mais qualificada. No entanto, a mão de obra é um recurso abundante na América Latina. Do ponto de vista econômico, isso leva ao aumento do *desemprego estrutural* na América Latina.

Outro problema é que a intervenção constante e a violação das finanças saudáveis faz com que a região veja um longo período de inflação prolongada, bem como produtos locais de baixa qualidade e alto preço.

O modelo traz problemas às futuras gerações. Tem também uma dinâmica de evolução do estrangulamento externo - conforme as ondas de substituição de importações (artigos populares, bens de luxo, bens de capital) traz um estrangulamento correspondente. A capacidade de financiar a substituição vem da capacidade de importar, que vem da capacidade de exportar - no entanto, **o valor do que se exporta perde o valor diante do que se importa**. Este é um processo de deterioração de termos de troca - os produtos da periferia compram menos produtos industriais ao longo do tempo, ou seja, a periferia empobrece relativamente ao centro.

Este processo provoca também mudanças qualitativas. Uma pequena parte da população é uma grande importadora de bens de luxo, o que é prejudicial aos interesses regionais.

Em *O processo de substituição de importações*, de Pedro Fonseca, o autor trata, no período de 1930 a 1950, sobre a industrialização dos bens de consumo popular e bens mais simples. Na era JK a indústria automobilística é trazida ao país, com empresas estatais, privadas nacionais e grandes montadoras internacionais. Existem necessidades de bens intermediários inter-industriais, bens estes que seriam produzidos no Brasil. Isto justifica o alto crescimento no período, ainda que acompanhado de grande inflação.

De 1973 a 1984, foi feito um grande investimento em bens intermediários e de capital, o final do processo de substituição de importações. Isto não teria sido, porém, uma política consciente, em oposição às políticas de Vargas.

Trata de certas críticas ao modelo cepalino, baseado na distinção entre centro e periferia. Estas críticas incluem o golpe militar e a concentração de renda para cima que levou ao chamado. Houve de fato grande crescimento no período, por um conjunto de medidas econômicas como o FGTS, o sistema financeiro da habitação, obras de infraestrutura e assim por diante.

Há também correções sociológicas e marxistas, assim como a relação de dependência na qual, em momentos de crise internacional, o país cresce.

Em *Dos anos dourados de JK à crise não resolvida*, André Villela trata do período Vargas, JK e Goulart. De 1945 a 1964 houve um grande período democrático, e uma economia cada vez mais forte. Do ponto de vista geral, há dois momentos: o momento do Plano de Metas e investimento externo de montadoras internacionais em relação com estatais e nacionais. Este período trouxe também certa instabilidade econômica.

A forma pela qual o Estado atua na economia é por planos econômicos. Houve um conjunto de reformas econômicas militares e o chamado “milagre econômico” - porque o CEPAL não acreditava que o crescimento brasileiro fosse possível diante da concentração de renda.

No processo de substituição, uma forma importante de crescimento é uma taxa de câmbio desfavorável aos bens externos, e a taxa flutua muito durante as substituições de JK. O plano foi bem executado, porém, e atingiu ou superou suas metas, sendo porém omissa em relação à agricultura e educação básica.

O governo de Jânio Quadros durou pouco, e Goulart vê problemas para assumir. O Brasil passou então por um período parlamentarista, e Goulart assumiu enfraquecido, nomeando Celso Furtado

como seu ministro da fazenda.

Em atenção ao período militar, Jennifer Hermann, em *Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico*, trata do último momento do processo de substituição de importações, que aumenta sua complexidade e atinge bens e insumos industriais, buscando construir no Brasil uma indústria de bens de capital.

Concomitante a este processo, há um período de aumento da dependência externa, que se agrava para as fases posteriores da substituição de importações conforme o Brasil precisa de financiamento externo. Os primeiros governos militares viveram um mundo próspero e tranquilo do ponto de vista econômico, que pôde ser aproveitado pelos governos militares pelo endividamento.

Com os choques do petróleo, que aumentam o preço de nossa principal *commodity* industrial, do qual nos tornamos dependentes, a dívida anterior cresceu muito e o Brasil foi levado a dificuldades financeiras, restringindo importações e causando ainda outro estrangulamento externo.

A autora divide o período em dois. O primeiro vai de 1964 a 1967, o plano de ação econômica, que combate a inflação e busca a estabilização pelo arrocho salarial, tabelamento de juros e outras medidas para estabilizar a economia a partir dos trabalhadores; também promove um conjunto de reformas institucionais no sistema financeiro, criando instrumentos baseados em crédito com protagonismo do Estado. Este período, portanto, vê um crescimento menor, mas prepara o plano econômico de desenvolvimento - o PED.

Os governos militares optaram por concentrar renda. De acordo com o diagnóstico do CEPAL isto não poderia dar certo, mas a partir de 1967 o Brasil cresceu mais de 10% ao ano. Este conjunto de medidas é visto como milagre por altas taxas de crescimento e baixo custo de liquidez.

O “milagre” acontece no governo Costa e Silva, seguido por Médici da linha dura do regime. Ocorre num período altamente autoritário, mas o sucesso

econômico não se deve à “linha dura”, que assumiu depois da implementação dos dois planos econômicos.

A autora trata do governo Geisel em *Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa*. De um ponto de vista político, começa a promover a abertura política, mas é também conhecido por implementar o que é um plano muito ambicioso com clara consciência substitutiva e de encadeamentos industriais. As tecnologias modernas dependem de escala para terem competitividade, e quem buscou tal escala durante os governos militares foi Geisel em seu segundo governo, que teve a sorte de contar com um bom momento de finanças internacionais.

Endividou-se, também, para implementar o II PND. Como tudo, isto agravou a dependência externa, não só em termos de mercadoria, mas financeira. O principal sintoma dessa crise foram as intervenções do FMI e ajustes exigidos conforme o Brasil se tornou um devedor. Alguns autores consideram a dependência financeira a “última etapa” da dependência.

O processo de destensão do regime autoritário até 1984 marcou o esgotamento do modelo desenvolvimentista. O segundo PND completou o processo de substituição, promovendo um conjunto de reformas estruturais e complexificantes - isso trouxe também aceleração inflacionária e desequilíbrio fiscal, o que nos trouxe a chamada “década perdida”, que se estendeu ao governo de Sarney. A “década perdida” foi um período no qual se perseguiram ajustes para controlar a inflação, e não desenvolvimento econômico.

A estrutura do sistema financeiro nacional e da habitação foram criados pelo governo de Geisel, trazendo para a economia brasileira mecanismos de correção monetária - o que agravou a inflação, havendo “inércia inflacionária”, embora estes instrumentos tenham fornecido um salto qualitativo no sistema financeiro. Ao final do período, porém, causaram o endividamento de famílias.

A estrutura fiscal dos próprios estados e da União passou a ser deficitária. Foi feita uma reforma tributária, se utilizando do período autoritário para tal. Em grande medida esta reforma vigora até hoje. A base tributária brasileira é fortemente indireta, incidindo sobre o consumo e afetando as classes mais baixas.

O governo militar, portanto, começou e terminou com problemas inflacionários fortes, numa situação similar de baixo crescimento e alta inflação.

### 3 Módulo III

O Plano Real, de 1994, 10 anos após a PND e ao final da chamada “década perdida”, com baixo crescimento e altas taxas de inflação, o papel do Estado muda fundamentalmente. A substituição de importações tendo sido concluída, e levado a um período de indefinições. O Estado brasileiro se endividou no II PND, e uma nova concepção de Estado surgiu, atendendo ao “consenso de Washington”. A partir de acordos com o FMI, o Brasil passou mais de 10 anos como devedor internacional com um pequeno crescimento.

Delfim Neto, economista do PND, em *Desenvolvimento econômico brasileiro - retrocessos e avanços*, o autor discute o desenvolvimento brasileiro num tom positivo, que logo se provou otimista demais. Faz uma longa retrospectiva de 60 anos, de JK aos governos militares, a década perdida, o governo Collor e o PAC de 2008. Diz que o Brasil entra em crise em duas situações - em crises de energia e em crises de balanço de pagamento (estrangulamento externo). A crise de energia é importante, porque acontece no início do desenvolvimento brasileiro, levando à criação da Eletrobras.

Da década de 1950 a 1974, o Brasil cresce 2% acima da média mundial. No II PND, o Brasil, ao se endividar, encontrou uma crise cambial, seguida pelo I choque do petróleo. O segundo período é um período de crescimento abaixo da média mundial, com o Estado reduzindo seu envolvimento. O PAC buscou retornar o crescimento brasileiro real (do

PIB per capita) a 3.7% ao ano, mas infelizmente esta perspectiva não se confirmou, com a crise de 2009 e as medidas de ajuste inadequadas.

Na década de 1970 o Brasil tinha uma posição respeitável no mercado internacional, mesmo na exportação de bens industrializados, com as perspectivas de uma potência média. De 1980 a 2007 as exportações aumentaram muito - afinal precisamos exportar para obter o dólar necessário para pagar importações e dívidas. A EMBRAPA transformou o cerrado num grande ativo, adaptando cultivares ao cerrado e levando o Brasil a um grande aumento de exportação agrícola.

É relevante, porém, que em 1980 exportávamos os mesmos produtos que a China. Hoje ficamos para trás mesmo da Coreia. O Brasil não só não acompanhou, mas regrediu - exportando menos produtos industrializados e cada vez mais bens agropecuários e minerais. A agricultura também é cada vez mais poupadora de mão de obra, o que é relevante para nossa base social.

Houveram problemas de crise energética no governo FHC e uma piora na matriz energética brasileira, que já foi mais verde. O Brasil consome abaixo da média mundial, e do ponto de vista da matriz energética a média mundial é 86% de energia não renovável, enquanto o Brasil utiliza 44% de energias renováveis (incluindo, porém, cana de açúcar, lenha e carvão vegetal, estes dois últimos associados à pobreza). Nosso consumo de petróleo e gás é 56%.

Do ponto de vista do estrangulamento externo, estamos bem, pois temos grande demanda de soja na China e não passamos por problemas sérios de exportação. Usamos nossa base energética de forma renovável, o que também permite certa dianteira. Há desafios adiante, porém.

Em *A desindustrialização do Brasil - um resumo da evidência*, Regis Bonelli e Samuel Pessoa, os autores discutem a desindustrialização brasileira. Este debate tem sido intenso, e se relaciona a uma das questões do início do plano real, a valorização do

câmbio. O câmbio tem profundos impactos na economia brasileira.

A valorização do câmbio no início do plano real pretendeu controlar a inflação, mas a garantia trouxe consigo a dificuldade dos incentivos da indústria - a indústria substitutiva brasileira era relativamente atrasada, e se o câmbio não for favorável os incentivos podem não ser suficientes. O aumento da capacidade relativa chinesa também foi muito grande e rápido, o que gerou competição nos segmentos manufaturados.

O processo, na opinião dos autores, não é avassalador - os autores trabalham com indicadores que mostram a redução da indústria, mas mostra-se que a metodologia e consideração do que constitui o setor industrial mudou nos últimos anos.

As encomendas industriais são mais sensíveis ao cenário internacional, o que causa a resposta rápida da indústria a flutuações no mercado internacional.

No que tange a balança comercial, há um momento de exposição da balança comercial brasileira quando a indústria não estava num bom momento. Estas todas são evidências, porém, e os autores chamam atenção ao emprego industrial - que aumentou de 1992 para 2008.

Com relação à comparação mundial, os autores observam que o Brasil de 1970 tinha uma participação industrial por PIB acima da média mundial. No investimento fixo, que aumentou, não há evidência de desindustrialização da indústria de transformação. Não há dúvidas que a indústria encolheu frente a outros setores, especialmente quando se corrigem preços, mas esta redução ocorreu também em outros países do sul global.

Pode-se dizer que a tendência global é de redução da participação da indústria no PIB e crescimento do setor de serviços. Do ponto de vista internacional, é possível que o Brasil estivesse sobre-industrializado na década de 1970, do ponto de vista dos autores liberais. Isso lembra o ponto de vista das indústrias naturais.



Os autores dizem que, em termos relativos, esta desindustrialização, portanto, não existe, tendo sido atingida a normalidade com menor interferência do Estado. A pergunta final do texto é o que ocorre na margem, ou seja, as tendências na competitividade industrial, especialmente com a entrada da China na OMC e sua exportação de produtos industrializados.

A indústria brasileira persiste, e o aumento do trabalho industrial é relevante. Os autores concluem que é prematuro decretar que sofremos desindustrialização - o que não quer dizer que o cuidado não seja necessário.

*A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho*, de Marcelo Arendt, discute a desindustrialização sob uma perspectiva desenvolvimentista. O autor traz outro conjunto de evidências e tira outras conclusões.

O texto anterior discutia evidências sobre desindustrialização, uma palavra que tem diversos significados - a perda de indústria e regressão à agricultura é um deles. Arendt conclui que de fato há regressão e desindustrialização.

Os autores anteriores defendiam a sobreindustrialização na década de 1970, enquanto Arendt, ao comparar a situação brasileira com a de outros países, chega a conclusões diferentes.

O Brasil tem uma das dez maiores indústrias do mundo, mas o que tentamos fazer é encontrar tendências. Completamos nosso processo de substituição de informação com o II PND, no setor petroquímico, e passamos a ser um produtor de petróleo, estando hoje no caminho de garantir nossa autonomia e soberania energéticas.

O Brasil preserva, em grande medida, as “indústrias do paradigma fordista”. O argumento, porém, é que estas indústrias passaram a ser defasadas. A indústria petroquímica é muito poluidora, por exemplo, e os países centrais não mais querem estes tipos de indústrias.

O PSI, embora tenha levado o Brasil a uma indús-

tria de transformação importante, não lhe deu uma indústria dinâmica, e a tendência de participação da indústria de transformação dos setores eletrônico e de comunicações no PIB se reduziu entre 2000 e 2009, enquanto em outros países aumentou consideravelmente.

Segundo grupos industriais de acordo com sua especificidade tecnológica, as commodities industriais e a indústria tradicional são dominantes, e absorvidas pelo próprio país. Onde mais se investiu foi no petróleo, especialmente depois da descoberta, e aqui o Estado continua sendo um grande investidor. Os manufaturados de média-alta e alta tecnologia foi o setor que *menos cresceu*.

Os produtos agrícolas, porém, não são produtos de alto valor negociado no mercado internacional. Temos aumentado a tecnologia agrícola e mineral, mas este não é o setor no qual está o interesse do mercado.

Nas manufaturas como porcentagem do PIB, o Brasil reduziu  *muito* sua participação depois da perda de mercados para as crises internacionais que não foram reavidos. Até nossos vizinhos passaram a importar de outros países.

Os países desenvolvidos têm de fato reduzido sua indústria, a substituindo por serviços industriais, o paradigma tecnológico e o setor financeiro (a “desindustrialização natural”). O autor classifica o Brasil, a América Latina e alguns países da África como sofrendo *desindustrialização precoce*, enquanto outros países se industrializam - os Tigres e a China hoje crescem a “taxas brasileiras”, chegando a 10% ao ano.

Ademais, nossa desindustrialização é veloz. De 1980 a 2008, perdemos 37% de nossa participação manufatureira no produto manufatureiro mundial. Nos endividamos com o PND, mas ainda assim atingimos boa participação no mercado mundial. Com o plano real, a desfavorabilidade do câmbio para a indústria levou a ainda mais perda industrial e crescimento agrícola.

O autor, portanto, reconhece no Brasil indícios de

uma desindustrialização precoce e acelerada que *não existe no resto do mundo*.

As duas interpretações não são necessariamente incompatíveis. O Brasil ainda preserva certa indústria, mas o problema é que esta indústria é defasada, de um paradigma tecnológico anterior e, ainda assim, tem perdido continuamente competitividade.